

Amaral vai a Nova York discutir proposta de conversão da dívida

Arquivo/9-3-89

BRASÍLIA — A conversão de US\$ 1,8 bilhão da dívida externa, acertada no acordo assinado no ano passado, que deveria começar já em setembro, com US\$ 50 milhões, dificilmente obterá o sinal verde do Ministério da Fazenda, devido ao seu impacto inflacionário. Cauteloso, o Secretário para Assuntos Internacionais, Sérgio Amaral, admite que a conversão vai integrar a pauta de negociações com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, que começa na sexta-feira, em Nova York. Ele antecipou que a conversão está ligada ao desembolso integral dos US\$ 5,2 milhões em dinheiro novo, dos quais ainda falta a terceira parcela, de US\$ 600 milhões.

Sérgio Amaral embarca hoje para Nova York levando uma série de alternativas para o fechamento do balanço de pagamentos, considerando os cenários diferentes em relação a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo importantes assessores da área econômica, para um nível de reservas cambiais em torno de US\$ 6,5 bilhões, é preciso o equivalente a US\$ 3 bilhões para equilibrar o balanço de pagamentos.



Sérgio Amaral

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também segue hoje, com dois assessores, para Washington, para encontros com os Presidentes do Banco Mundial, Barber Conable, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Henrique Iglesias.

A reunião de sexta-feira não deverá ser suficiente para esgotar os vários pontos de discussão, como o atraso no pagamento de juros de US\$ 1,6 bilhão, concentrados em setembro, as possibilidades de concessão de recursos dos bancos comerciais e entidades oficiais, como Banco Mundial e o próprio FMI, caso haja um acordo com o órgão. Se houver disposição dos bancos, disse Amaral, o Governo poderá decidir pela colocação de um novo lote de **exit bonds** (bônus de saída).

● **CONTRATOS** — A Comissão Mista do Congresso que investiga o endividamento externo não terá tempo, segundo o Deputado Hermes Zaneti (PSDB-RS), para levantar em detalhes as irregularidades nos contratos efetuados pelos negociadores brasileiros com os credores externos. Em agosto, o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) apontou a inconstitucionalidades dos contratos e sugeriu o envio dos mesmos para apreciação no Supremo Tribunal Federal.